resultados da sociedade, nos termos da Lei e do Código de Comércio, devendo, além do mais, estar assinados por todos os administradores.

As contas anuais deverão ser aprovadas pela assembleia geral ordinária de accionistas de acordo com o disposto nestes estatutos e na Lei das Sociedades Anónimas.

A partir do aviso de convocação da assembleia geral, qualquer accionista poderá obter da sociedade, de forma imediata e gratuita, os documentos que irão ser submetidos à aprovação da mesma e o relatório dos Revisores de Contas (⁴). No aviso de convocação far-se-á menção deste direito.

Em tudo quanto tenha a ver com as contas anuais e que não tenha sido mencionado expressamente nestes estatutos, observar-se-á o disposto no capítulo VII da Lei das Sociedades Anónimas de 22 de Dezembro de 1989, no Regulamento do Registo Mercantil e nas demais disposições aplicáveis.

Artigo 26.º

Depósito das contas

No mês seguinte à aprovação das contas anuais, as mesmas deverão ser apresentadas, juntamente com a pertinente certidão probatória da referida aprovação e da aplicação de resultado, para serem depositadas no Registo Mercantil sob a forma que a Lei das Sociedades Anónimas estabelece no capítulo VII, secção 10.ª, bem como o Regulamento do Registo Mercantil, capítulo III e demais disposições aplicáveis sobre a matéria.

Artigo 27.º

Distribuição de lucros

São ganhos os proveitos que se obtenham da exploração dos negócios sociais, deduzidos dos custos, despesas gerais, amortizações, salários, impostos e demais encargos legítimos. Os lucros distribuir-se-ão anualmente da seguinte maneira e ordem de prioridade:

1.º A importância necessária para cobrir a dotação da reserva legal e demais obrigações legais ou estatutárias estabelecidas.

2.º Ao remanescente ser-lhe-á dado o destino que a assembleia delibere.

(⁴) No original espanhol, «Auditores de Contas». (*N. do T.*)

TÍTULO V

Dissolução

Artigo 28.º

Causas de dissolução

A companhia dissolver-se-á por alguma das causas referidas no artigo 260.º da Lei das Sociedades Anónimas.

Em tudo quanto tenha a ver com a dissolução e a liquidação da sociedade e que não esteja previsto nestes estatutos observar-se-á a legislação aplicável em matéria de sociedades.

TÍTULO VI

Divergências

Artigo 29.º

Submissão

Qualquer questão ou diferendo que eventualmente surja entre a sociedade e algum dos seus accionistas ou entre estes, e por causa dessa mesma condição, ou entre os administradores com qualquer accionista em relação à sociedade, quer no período de vigência da sociedade, quer no período de liquidação, resolver-se-á por intermédio de um único árbitro, cujo decisão arbitral os interessados se comprometem a aceitar, em «arbitragem de equidade», nos termos da Lei sobre Arbitragem em Direito Privado, de 5 de Dezembro de 1988, salvo se a lei impuser outros determinados procedimentos, entendendo-se, nesse caso, feita a submissão aos Juízos e Tribunais de Madrid, salvo o disposto no artigo 118.º da Lei das Sociedades Anónimas.

Está conforme.

27 de Março de 2000. — O Ajudante Principal, *José Guilherme Cerequeira Martins*.

3000227030

SOCIEDADE AGRÍCOLA HERDADE DO SEIXO, L.^{DA}

Anúncio n.º 7929-RC/2007

Sede: Travessa do Meneses, 22

Capital social: 400 000\$

Conservatória do Registo Comercial de Évora. Matrícula n.º 1744/940929; identificação de pessoa colectiva n.º 503271217.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficou depositada, na pasta respectiva a acta que contém a prestação de contas referente ao ano de 1999

3 de Dezembro de 2001. — A Ajudante Principal, *Maria Paula Trocato da Silva Empadinhas*.

3000227319

SOCIEDADE AGRÍCOLA QUINTA DAS ABROITAS, L.^{DA}

Anúncio n.º 7929-RD/2007

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 3365/990316; identificação de pessoa colectiva n.º 504508873; inscrição E-1; número e data da apresentação: 5/990316.

Certifico que entre Heinz Joachim Hanns Albrecht Walter Ammon, casado com Margareta Ammon, no regime da separação de bens, residente na Quinta do Olho de Boi, Algoz, Silves; Wolfgang Herbert Taschner, solteiro, maior, Vale de Fuzeiros, Messines, Silves, e Anna Elisabeth Finkenzeller, viúva, Quinta do Olho de Boi, Algoz, Silves, foi constituída uma sociedade comercial por quotas com a denominação em epígrafe, que há-de reger-se pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Sociedade Agrícola Quinta das Abroitas, L.^{da}, e tem a sua sede provisoriamente na Torre D, Apartamento 1-D, Praia dos Três Irmãos, freguesia de Alvor, concelho de Portimão.

2.º

O objecto social consiste na exploração agrícola, importação e exploração de produtos agrícolas.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$ e está dividido em três quotas, sendo uma do valor nominal de 160 000\$, pertencente ao sócio Heinz Joachim Hanns Albrecht Walter Ammon, outra de 120 000\$, pertencente à sócia Anna Elisabeth Finkenzeller, e outra de 120 000\$, pertencente ao sócio Wolfgang Herbert Taschner.

4.º

A gerência fica a cargo do sócio Heinz Joachim Hanns Albrecht Walter Ammon, que fica, desde já, nomeado gerente, sem remuneração, e a sociedade obriga-se com a sua assinatura.

5.º

A cessão de quotas a terceiros ou entre sócios é livre em relação ao sócio fundador, Heinz Joachim Hanns Albrecht Walter Ammon, sendo necessário o consentimento da sociedade para cessão das quotas de qualquer outro sócio e, neste caso, têm os sócios não cedentes, em primeiro lugar e a sociedade em segundo, o direito de preferência.

6.º

1 — A sociedade poderá amortizar as quotas se estas forem arroladas, arrestadas ou objecto de qualquer outra apreensão judicial ou forem dadas em caução ou como garantia de qualquer obrigação que os seus titulares assumam, sem que, para tal, estejam autorizados pela sociedade.

2 — Falecendo um dos sócios, a sociedade poderá amortizar a sua quota, no prazo de 90 dias subsequentes ao conhecimento da morte do sócio.

3 — O valor das quotas para efeitos de amortização será igual ao seu valor nominal.

Está conforme o original.

13 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Maria de Deus Pomba da Silva Leal*.

3000227861

SOCIEDADE AGRÍCOLA DE TRAVASSOS, S. A.

Anúncio n.º 7929-RE/2007

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 3437/230514; identificação de pessoa colectiva n.º 501068066; inscrição n.º 14; número e data da apresentação: 12/20051004.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Designação dos membros do conselho de administração e fiscal único, efectuada em 29 de Março de 2005.

Administradores: Fausto Esteves Soares Franco; Rómulo Ramos Esteves; António Carlos Ahrens Teixeira Esteves; Alexandre Ferrari Soares Franco, e José Eduardo Ahrens Teixeira Esteves.

Fiscal único — Matos Gil e Nunes Carneira, SROC, representada por Joaquim Nunes Cameira.

Suplente — Luís Borges de Assunção, casado, Rua de Lúcio de Azevedo, 17, 7.º, esquerdo, Lisboa.

Prazo: quadriénio 2005-2008.

Está conforme o original.

14 de Outubro de 2005. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*.

2006880640

SOCIEDADE AGRO-FLORESTAL E DE ADMINISTRAÇÃO LUIVIRIS, S. A.

Anúncio n.º 7929-RF/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 46 692/740326; identificação de pessoa colectiva n.º 500413487; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 84/020327.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registada a seguinte designação:

Designação dos órgãos sociais, em 31 de Março de 1997.

Período: triénio de 1997-1999.

Conselho de administração:

Presidente — Paulo Manuel de Pitta e Cunha, Avenida das Forças Armadas, 51, 4.º, Lisboa.

Vogais: Maria Amélia da Silva Pitta e Cunha, Avenida de António Augusto de Aguiar, 165, 3.º, direito, Lisboa, e Maria Paula Pitta e Cunha Nunes de Carvalho, Avenida de António Augusto de Aguiar, 165, 2.º, esquerdo, Lisboa.

Fiscal único:

Efectivo — António de Almeida, Bernardo e Muralha, SROC, Rua de Tomás Ribeiro, 41, 3.º, direito, Lisboa.

Suplente — António Baltasar Mortal (ROC), Tapada do Mocho, bloco D3, 9.º, direito, Paço de Arcos.

Está conforme o original.

22 de Janeiro de 2003. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*.

3000090174

Anúncio n.º 7929-RG/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 46 692/740326; identificação de pessoa colectiva n.º 500413487; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 85/020327.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registada a seguinte designação:

Designação dos órgãos sociais, em 31 de Março de 2000.

Período: triénio de 2000-2002.

Conselho de administração:

Presidente — Paulo Manuel de Pitta e Cunha.

Vogais — Maria Paula Pitta e Cunha Nunes de Carvalho e Pedro Pitta Cunha Nunes de Carvalho, casado, Avenida de Fontes Pereira de Melo, 18, rés-do-chão, Lisboa.

Fiscal único:

Efectivo — Bernardo & Muralha, SROC, Rua de Tomás Ribeiro, 41, 3.º, Lisboa.

Suplente — António Bernardo, Praça de José Fontana, 10, 5.º, esquerdo, Lisboa.

Está conforme o original.

22 de Janeiro de 2003. — O Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*.

3000090175

Anúncio n.º 7929-RH/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 46 692/740326; identificação de pessoa colectiva n.º 500413487; inscrição n.º 6; números e data das apresentações: 86 e 87/020327.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 5 000 000\$ para 50 000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato quanto aos artigos 1.º e 4.º, que passaram a ter a seguinte redacção:

CAPÍTULO I

Denominação, sede, duração e objecto

Artigo 1.º

A sociedade adopta a denominação social de Sociedade Agro-Florestal e de Administração Luiviris, S. A., tem a sua sede em Lisboa, na Avenida de António Augusto de Aguiar, 165, 4.º, direito, freguesia de São Sebastião da Pedreira, podendo o conselho de administração criar ou extinguir, quando e onde julgar conveniente, qualquer forma de representação social.

CAPÍTULO II

Capital

Artigo 4.º

O capital social é de 50 000 euros, dividido em 10 000 acções do valor nominal de 5 euros cada uma, e encontra-se totalmente subscrito e realizado, em dinheiro, pelos accionistas.

§ único. O capital poderá ser aumentado, após autorização superior quando necessária, até ao montante de 30 000 000\$, nas datas e condições que o conselho de administração fixar.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

22 de Janeiro de 2003. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*.

3000090177

SOCIEDADE AGROPECUÁRIA DO PORTEJÃO, L.ª

Anúncio n.º 7929-RI/2007

Sede: Rua do Outeirinho, 3, Amieira, Portel

Capital social: 8000 euros

Conservatória do Registo Comercial de Portel. Matrícula n.º 101/001006; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/20001006.